

AJ14579

OBRA ESTE É O DESEJO DO NOVO SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES, GERSON CAMATA

# Darly Santos pode ficar pronta em julho

A rodovia seria entregue em setembro, mas secretário quer apressar conclusão

PAULA STANGE

pstange@redgazeta.com.br

Obras importantes e já largamente anunciadas pelo governo do Estado, como a duplicação da Rodovia Darly Santos e a construção dos novos terminais rodoviários - que fazem parte do programa Transcol III - podem ficar prontas antes do prazo.

Pelo menos é o desejo do recém-empossado secretário de Desenvolvimento, Infraestrutura e dos Transportes, Gerson Camata.

Ontem, depois da cerimô-

nia na qual foi empossado, junto com outros secretários do Estado, Camata afirmou que a intenção é adiantar a conclusão da Darly Santos em dois meses. A previsão inicial era que a rodovia fosse entregue em setembro.

"Cobrei mais rapidez dos empreiteiros. Queremos que a Darly Santos esteja pronta em julho", destacou o secretário.

A rodovia ganhará mais duas faixas, cada qual com duas pistas. Terá calçadas, ciclovia, canteiros lateral e central, passagem de pedestres e plataformas com pontos de ônibus no canteiro central. No local das plataformas, haverá uma terceira pista para a entrada dos ônibus, que terão portas dos dois lados.

Nesta manhã, Gerson Camata se programou para visitar os canteiros de obras dos novos terminais de in-

tegração (Itaparica e São Torquato, Vila Velha; Jardim América, Cariacica; e Laranjeiras, Serra).

"Também vamos acelerar essas obras. Temos o dinheiro. Não há porque deixar tudo parado por causa de burocracia", comentou ele.

A ordem de serviço para a construção dos novos terminais foi assinada em março, e o prazo de execução varia entre oito e 12 meses. Os terminais de São Torquato e Jardim América serão concluídos em oito meses. Três meses depois, serão concluídos os terminais de Itaparica e Jacaraípe. Ao todo, 115 bairros serão atendidos.

O conjunto das obras do programa do Transcol III custará R\$ 240 milhões e contará com 60% de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A contrapartida do Estado é de 40%.